

Coletivos Culturais em São Paulo: Resistência e subsistência diante da Pandemia do Covid-19

Cultural Collectives in Sao Paulo: resistance and subsistence facing the Covid-19 pandemic

Lucca Tori^a, Luana Homma^b

Resumo Esse artigo analisa a resistência e a subsistência de coletivos culturais de São Paulo durante e depois da pandemia do Covid-19. As restrições necessárias, durante o espalhamento do vírus, afetou negativamente a sociedade em muitas formas e em diversos aspectos. No setor cultural isso não foi diferente: artistas e produtores tiveram que se reorganizar para se sustentarem e se manterem seguros. Algumas legislações de emergência para os trabalhadores de cultura foram sancionadas, com dificuldades, para conseguir atender algumas demandas do setor. De toda forma, os coletivos tiveram que criar novas estratégias de trabalho durante e depois do período de isolamento. O formato de organização dos coletivos tornaram-se mais visíveis em todo o mundo depois dos movimentos globais da década de 2010 e especificamente no Brasil depois de Junho de 2013, com foco em estruturas horizontais, autônomas e não ligadas em movimentos institucionalizados e partidos políticos. A partir de entrevistas semi estruturadas, este trabalho tem como objetivo analisar as práticas, dificuldades e alternativas encontradas por estes coletivos em face aos obstáculos do período e da administração pública da cidade/estado e país.

Palavras-chave Coletivos culturais. Pandemia. Covid-19. Políticas públicas.

Abstract *This paper analyzes the resistance and subsistence of cultural collectives in Sao Paulo during and after the Covid-19 pandemic. The necessary restrictions, due to the virus spread, negatively affected society in many ways and in various aspects. It was no different in the cultural sector: artists and producers had to reorganize to earn a living and keep safe. Some emergency legislation for cultural workers was passed with difficulties, to meet certain demands of the sector. Nevertheless, collectives had to develop new work strategies during and after the isolation period. The collective form*

a Universidade de São Paulo (USP). E-mail: lucca.tori@gmail.com

b Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: luana.homma@outlook.com.

of organizing became more visible worldwide after global movements in the 2010's, and specifically in Brazil after June 2013, focusing on horizontal structures not based on institutional movements or political parties. Through semi-structured interviews, this piece aims to analyze the practices, difficulties and alternatives pursued by these collectives in the face of the obstacles of the period and the public administration of the city/state/country.

Keywords *Cultural Collectives. Pandemic. Covid-19. Public Policies.*

INTRODUÇÃO

A política brasileira começou a tomar rumos distintos e inesperados a partir de junho de 2013. Dentre essas mudanças, estavam conflitos cada vez mais acirrados onde se disputavam atores e intérpretes (Alonso, 2017). Segundo Angela Alonso (2017), os manifestantes que ocupavam as ruas desde 2013 passaram a construir novos estilos de ativismo e juntamente a isso se apropriaram de alguns repertórios, sendo que entre 2013 e 2016 foram identificados pelo menos três ciclos de confronto. Um primeiro repertório era aquele que nunca havia saído das ruas desde fins do período ditatorial no Brasil, o repertório socialista marcado pelas bandeiras vermelhas, megafones e a organização vertical; o segundo repertório seria a “novidade” de 2013, que eram os de repertório autonomista, com foco em justiça global, tendo em suas táticas o repaginamento de signos e slogans anarquistas, além disso, tinham uma organização descentralizada, faziam deliberações a partir de consensos e defendiam táticas diretas, colocando-se contra símbolos de poder, do capital e político; o terceiro repertório seria o do patriota, aquele de viés antipetista, conservador e que começava a dominar as ruas (Alonso, 2017). Nessa tipificação de Angela Alonso, é possível verificar que os coletivos, que se tornaram mais fortes no pós-2013 no Brasil, encaixavam-se de forma evidente no segundo repertório: “a novidade 2013”.

Como Alonso (2017) observa, as grandes mudanças nos formatos de protesto e nos posteriores grupos e movimentos surgidos em 2013, tem relação com os protestos globais entre 2011 e 2013, onde se via de forma mais determinada um novo modelo de ativismo, muito focado no repertório autonomista além de uma visão diferente da relação com os governantes (Castells, 2013). Para Maria da Glória Gohn (2017), é a partir da década de 2010 que é possível verificar de forma mais evidente os chamados novíssimos movimentos sociais globalmente falando mas também especificamente no Brasil (com o Junho de 2013 como marco), sendo o Movimento Passe Livre (MPL) e as ocupações das escolas alguns exemplos mais a

esquerda (Gohn, 2017; Ortellado, 2016) enquanto que do lado dos conservadores, víamos grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados On line.

Os resultados políticos depois de 2013 foram bastante complexos e recheado de controvérsias (Fernandes, 2018), podendo ser chamadas também como “revoltas ambíguas” (Pinheiro-Machado, 2019), pois tanto deu bases para os movimentos de direita e extrema direita que conseguiram tirar Dilma Rousseff do poder em 2016 e também conseguir colocar Jair Bolsonaro como presidente em 2018, como também novas formações progressistas para cena, como foi o caso do movimento de ocupações de escolas a partir de 2015 no estado de São Paulo e uma nova força do movimento feminista na chamada “Primavera Feminista” (Pinheiro-Machado, 2019; Nobre, 2018; Gohn, 2017; Tori, 2021). Segundo Pedro dos Santos¹ (2023) do Coletivo da Quebrada, que participou das ocupações das escolas, 2013 foi uma espécie de fagulha que incendiou em vários pontos, inclusive para ele que estava no primeiro ano do ensino médio na época e que no seu terceiro ano (2015) já estava mais aberto para participar politicamente das ocupações das escolas

Esses movimentos sociais de viés mais progressista viram com bons olhos o formato de coletivos para uma luta menos centralizada, mais participativa, fluida, autônoma e horizontal (Perez, 2019; Peralva et. al, 2017), é o que pode ser visto nas ocupações das escolas e nos movimentos subsequentes (Ortellado, 2016; Tori; Fiacadori; Homma, 2020; Gohn, 2017) e além de tais características, é importante ressaltar o papel da juventude (não em uma perspectiva monolítica, mas diante de suas complexidades e desigualdades) e da proximidade a ideais anarquistas nos coletivos pós-2013 (Augusto; Rosa; Resende, 2016). Segundo Marcia Gobbi (2022), os coletivos surgem a partir de grupos minoritários, principalmente dentro da lógica segregadora das grandes cidades, mas surgem inclusive por ações consistentes contrárias a essa lógica segregadora. Nesse aspecto:

trata-se de coletivos periféricos, aqui entendidos na cidade de São Paulo, cujos enfrentamentos com forte apelo propositivo permitem-nos aproximá-los de práticas do comum (Ostrom, 2000; Dardot; Laval, 2017) e da busca pela construção conjunta de ações de acolhimento e de resistências fundando espaços de criação, diálogos e organizações políticas (Gobbi, 2022, p. 360).

Assim, estes são provocados a pensar o direito à cidade para além de espaços meramente geográficos, mas envolvendo todos e seus espaços como produto de

1 Entrevista dada aos autores (2023).

sociabilidades e expressões culturais de seus projetos políticos de emancipação (Gobbi, 2022).

Esses movimentos mais contemporâneos, próximos dos coletivos, também vêem os protestos como fundamentais, sendo muitas vezes não só um meio, mas também um fim (Pinheiro-Machado, 2019). Um fim pedagógico para uma democracia mais participativa e também direta, além de terem sido impactados pelo novo ambiente de comunicação e também se apropriado dele (Castells, 2013). Importante ressaltar que no Brasil é perceptível um número cada vez maior de movimentos que se identificam como coletivos depois dos acontecimentos de 2013, que demonstraram muitas críticas ao governo e ao formato institucional da política, especialmente os partidos. Além disso, as ocupações de escolas que se iniciaram em 2015 também se mostram importantes para o surgimento de novos coletivos (Perez, 2019).

O movimento de ocupações das escolas ocorreu em 2015 no estado de São Paulo quando o então governador Geraldo Alckmin tentou impor uma política de “reorganização escolar” que afetaria mais de 300 mil estudantes e fecharia pelo menos 94 escolas, o que aconteceria de forma rápida e sem aviso prévio ou participação popular (Tori, 2021). Os estudantes começaram a se organizar de forma local - em suas próprias escolas - e também online em manifestações nas ruas para mostrar o descontentamento, depois disso conseguiram se organizar autonomamente e entre diferentes estudantes com uma ideia mais radical, que foram as ocupações de suas próprias escolas (Campos, 2019). Estas eram organizadas de forma horizontal, a partir de assembleias focadas no consenso de todos e usando também das tecnologias digitais (Ortellado, 2016; Campos, 2019; Tori, 2021), rapidamente outras escolas seguiram o exemplo, chegando a mais de 200 ocupações em 2 semanas.

Com um mês de ocupações, artistas, intelectuais e a população de uma forma geral passaram a apoiar esses estudantes e o próprio governo foi percebendo a dificuldade de manter a política de “reorganização”, tendo os estudantes uma grande vitória no fim de 2015 (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). A partir disso, o governo tentou retomar seu projeto de forma menos direta, mas o exemplo de tais estudantes já chegava para todas as regiões do país, e a organização de novos movimentos de formato coletivo também foi ficando mais forte para aqueles que participaram, como é o caso do Coletivo da Quebrada e a coletivA, os dois casos estudados para o artigo em questão.

Levando em consideração a importância dos coletivos para as regiões periféricas (Gobbi, 2022) e que essas foram as maiores afetadas pela pandemia do

Covid-19 em São Paulo, tal artigo também abordará as ações e os impactos da pandemia para os coletivos aqui analisados. O fato de serem um coletivo teve algum impacto na sobrevivência deste período? Quais foram as ferramentas mobilizadas durante este momento?

A metodologia do presente artigo é baseada em uma revisão bibliográfica sobre os coletivos e os movimentos sociais contemporâneos no Brasil; sobre os impactos da Covid-19 para os movimentos sociais periféricos no Brasil e entrevistas semi-estruturadas com os coletivos analisados. As entrevistas, gravadas, foram organizadas a partir de seis seções, sendo a primeira para a identificação da fonte e do coletivo do qual faz parte; a segunda sobre as vivências do entrevistado durante as ocupações nas escolas; o terceiro sobre o coletivo em si e a forma como este enxerga o formato da ação coletiva; o quarto sobre o uso de tecnologias por eles; a quinta parte sobre a produção de conteúdos e o debate público e a sexta sobre as atuações do coletivo durante a pandemia da Covid-19.

OS COLETIVOS COMO FORMATO DE LUTA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Alguns movimentos específicos aconteciam no pré 2013 que também ajudaram em seu surgimento e posteriormente em novas formas de organização da sociedade civil:

Na cidade de São Paulo, somaram-se alterações na sociabilidade, amparadas num ativismo cívico, com intervenções de retomada do espaço público (ocupações, jardins e hortas comunitárias, ações estéticas em ruas e praças, pichações etc.), e numa lógica do compartilhamento: produção e acesso compartilhado de tecnologias (espaços hacker, oficinas maker), posse temporária de objetos (sites de troca e empréstimo), de residência e trabalho (casas coletivas, Airbnb, ateliês, workspaces). Essas redes de sociabilidade deram as bases organizacionais para os estilos autonomista e liberal de ativismo, refratários ao Estado. A soma dessas mudanças adubou o campo para as manifestações de 2013 (Alonso, 2017, p.50-51).

Além das bases autonomistas, sem hierarquias, de caráter deliberativo e consensual e também as ocupações de espaços públicos (Castells, 2013; Gerbaudo, 2012; Gohn, 2017) que vinham desde 2013, esses novos movimentos, que se identificam como coletivos, usam de forma intensa as novas tecnologias digitais e não só como uma simples ferramenta, mas como parte constitutiva de suas práticas,

ações e organizações, ajudando inclusive em seus princípios de autonomia, horizontalidade e organização descentralizada (Ortellado, 2016; Gohn, 2017; Tori, 2021), sendo não só uma ação social, mas também um ato conectivo na perspectiva de Massimo Di Felice (2017) no chamado net-ativismo (Di Felice, 2017). Como Paolo Gerbaudo (2012) afirma, é problemática a visão essencialista sobre tais tecnologias e por isso o uso das redes sociais pelos diferentes ativistas pelo mundo são variados com bastante complexidades e também contradições. O próprio Coletivo da Quebrada, por exemplo, começou como uma página do Facebook de discussão de tópicos sobre direito à cidade e da produção de pequenos vídeos simples, posteriormente se tornando um coletivo de audiovisual tendo bastante foco nas novas tecnologias (Santos, 2023).

É um fato que o uso de tais tecnologias se torna essencial para a sobrevivência e ampliação dos movimentos sociais mais contemporâneos e os coletivos, coloca Gerbaudo (2012), mas também é perceptível que esses usos se tornam problemáticos quando se fetichiza na ação coletiva, ou seja, quando se criam qualidades místicas de tais tecnologias para os movimentos, o que acaba por obscurecer o trabalho de tais ações (Gerbaudo, 2012). O movimento feminista que ressurgiu no Brasil com bastante força também no pós-2013 (Pinheiro-Machado, 2019; Nobre, 2018) faz parte da chamada quarta onda do feminismo, que segundo Fabiana Jordão Martinez (2017) tem como um aspecto fundamental a sua construção intensa pelas redes digitais, reconhecendo existir desigualdades nos usos pelas mulheres, sendo boa parte dessas vindas de coletivos estudantis.

Em 2015 com o movimento de ocupações de escolas em São Paulo foi possível ver mais um exemplo de táticas próximas às dos coletivos sendo feita de uma forma organizada, mas descentralizada, e que posteriormente conseguiu suspender a política de cima para baixo tentada pelo então governo sobre a “reorganização escolar” (Tori; Fiacadori; Homma, 2020; Campos, 2019; Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). A ideia de ocupações de escolas, por exemplo, veio a partir do conhecimento de uma cartilha traduzida por um coletivo, o coletivo “Mal Educado”, que também tinha uma base autonomista e que traduziu a cartilha “Como ocupar um colégio” de lutas feitas na Argentina e Chile anteriormente e acabou chegando na mão dos estudantes a partir da internet e dos protestos nas ruas (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). As ocupações foram uma virada radicalizada dos estudantes para conseguir maior atenção do governo e da população em relação a essa luta, das primeiras ocupações na E.E. Diadema e E.E. Fernão Dias, em apenas duas semanas conseguiram chegar em 200 escolas (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016; Tori, 2021). Ou seja, parte importante de tal movimento teve como base ideias vindas de um

coletivo, e posteriormente essas ideias se desenvolveram e ultrapassaram para futuras experiências coletivas.

Algumas escolas tentaram se organizar, durante as ocupações, a partir de um “Comando das Escolas Ocupadas”, onde tentaram manter conversas e assembleias de todas as ocupações, porém, somente cerca de 40 ocupações conseguiram se reunir (das 200), mas como bem colocado por Antonia M. Campos (2019, p.87):

O que manteve o movimento unificado, na prática, foi aquela forte identidade coletiva secundarista, que impediu outros atores de falarem em nome do movimento, e uma postura radicalizada de que os estudantes apenas recuariam se a ‘reorganização escolar’ fosse suspensa: como não houve em nenhum momento abertura de negociação com governo - nem por parte deste nem dos estudantes -, as únicas opções que se apresentaram eram resistir ou desistir. Os estudantes agiram de forma não previamente combinada, mas harmônica, optando pela resistência em torno da pauta única.

Ou seja, além dos estudantes terem rompido com um “isolamento individualista do cotidiano escolar” (Ortellado, 2016, p. 13) e criarem uma sociabilidade nova de corresponsabilidade e cuidado com o patrimônio público (Ortellado, 2016), conseguirem manterem-se sem a representação de um partido político ou movimento institucionalizado, conseguindo a organização autônoma. O governo até tentou deslegitimar o movimento o colocando como “partidário” ou “baderneiro”, mas estes conseguiram vencer também essa batalha simbólica, tendo posteriormente um forte apoio populacional (Ortellado, 2016; Campos, 2019).

De uma forma geral, os novíssimos movimentos sociais (Gohn, 2017), focados nos coletivos e nas ocupações de espaços públicos (Castells, 2013; Gerbaudo, 2012), pode-se ver uma lógica distinta onde: “nas ocupações e nas assembleias, questionam-se os regimes políticos, repensa-se a função do espaço público - assumindo o controle sobre ele -, recria-se o senso do comum e reinventa-se uma possibilidade completamente radical e democrática de se viver o coletivo” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 22). Uma forma, assim como visto nas ocupações das escolas, de romper com a rotina alienada das sociedades urbanas contemporâneas e conseguir conciliar isso com maior humanidade e para os sentidos de uma sociedade “comum” (Pinheiro-Machado, 2019). De uma forma mais geral: “These occupations can be understood as *rituals of popular reunion* in which individuals are ‘fused’ (Alexander et. al., 2006: 38) into a collective subject going under the name of the ‘people’ (Laclau, 2005)” (Gerbaudo, 2012, p. 11). São muitas vezes

formas de sociabilidade criadas a partir de códigos estéticos, rituais, a partir das localidades de onde são criados (ocupações, por exemplo) e tudo isso dando um sentimento de pertencimento a um grupo e a necessidade de criação de um espaço para o compartilhamento disso (Augusto; Rosa; Resende, 2016).

A criação de pertencimento e de uma nova sociabilidade coletivamente dentro das ocupações de escola, por exemplo, é perceptível também na fala de Pedro Santos (2023) do Coletivo da Quebrada e que teve o período das ocupações como fundamentais na virada do que pensava e fazia politicamente:

Acho que foi isso, as ocupações foi essa experiência de politização e de outras experiências de vida, para mim, individualmente, e acho que para a minha família também, não no sentido financeiro, mas no sentido de conscientização, também. Eu acho que para a minha mãe, eu acho que para o meu irmão, essas conversas, esse dia-a-dia foi importante também, de tentar entender o mundo que vive, de não se culpar, não se... minha mãe se culpa muito nessa questão de trabalho... Sei lá, a pessoa fodida acha que é culpa dela. Essas ocupações ajudou a conseguir achar maneiras de conversar com a minha mãe para tirar esse peso.

A questão da fluidez dos coletivos também se mostra importante a partir das experiências distintas de cada um, inclusive para poder construir espaços de sociabilidade comum e de construção coletiva - com foco na horizontalidade-, como pode ser percebido na fala de Matheus (2023)² do ColetivA Ocupação, um coletivo teatral que também teve início a partir das ocupações de escolas:

Acho que a gente fazer um movimento de se alimentar dentro e fora de um espaço. A gente não só trabalha junto, mas também a gente é amigo, colega, enfim. Muitas vezes a gente é também psicólogo, confidente, num tom de brincadeira também a gente é o próprio agiota da gente mesmo, em uma questão de a gente realmente se ajudar e tentar fazer um trabalho de propor as coisas pensando em um bem estar comum para todos que estão ali naquele meio, onde também a gente não entre em uma relação em que eu saia mais beneficiado que o outro, assim como eu também não tenha que trabalhar mais que o outro. Tanto é que a gente tem alguns princípios que a gente leva desde o começo, como em questão de pagamento, qualquer verba que entra a gente divide em valor igual para todo

2 Entrevista dada para os autores (2023)

mundo. Aí também tem essa manutenção de a gente receber todo mundo igual, mas também a gente exige uns dos outros, trabalho tanto quanto.

Outra questão fundamental para ambos os coletivos, é que além da ideia de horizontalidade, democracia direta e autonomia, a partir das ocupações esses estudantes que vinham de bairros periféricos, passaram a conhecer pessoas de outras partes da cidade, artistas, intelectuais, estudantes universitários, etc. Para Pedro dos Santos (2023):

As ocupações me deram acesso, também, muito porque existiu ali um portal que é: pessoas que vivem em São Paulo mas não vivem a mesma cidade se encontraram. Então a classe média, branca, e tal, se encontrou com uma periferia, se encontrou com quem nunca ia se encontrar, pessoas que eram donas de não sei quantas casas, de produtora, de cinema, que nunca nem viram... Eu nunca tive essas referências, meus amigos também não tiveram. Existiu ali um portal, é isso, é isso que rolou. Então eu acho que isso me abriu possibilidades, como eu acho que abriu para outras pessoas, e tal.

Importante ressaltar que mesmo tendo como mote uma maior horizontalidade e autonomia nas ações dos coletivos, nem todos seguem isso, pois a questão da hierarquia pode ocorrer dentro de alguns coletivos, como visto em pesquisa feita por Perez (2019). De toda forma, em grande medida vêm como fundamentais as relações mais horizontais, por isso: “(...) a autonomia não é ausência de relações hierárquicas, mas sim uma outra forma de decidir, pautada pela importância da horizontalidade” (Perez, 2019, p. 584), e assim a horizontalidade pode tanto ser aplicada em toda a organização quanto em parte dela (Perez, 2019). Nesse sentido, segundo Pedro Santos (2023) do Coletivo da Quebrada em entrevista para os autores, a horizontalidade na ideia de coletivo é fundamental:

(...) pelo menos para a gente, quando a gente pensa no coletivo a gente pensa essa ideia de horizontalidade, que era muito de onde a gente tava vindo, das ocupações. Eu acho que coletivo faz muito... tipo, você falar de coletivo, pelo menos para mim, e ter uma ideia de verticalidade não tem sentido. Quando você fala de coletivo para mim eu penso em horizontalidade, eu penso em um grupo, em um bairro, em uma cidade aonde as pessoas estão no mesmo pé de igualdade e elas podem discutir para onde aquele lugar vai. Então eu acho que quando penso

em coletivo é isso. Por isso que é, né? É essa ideia de horizontalidade, para mim. Coletivo significa horizontalidade, para mim, claro.

Dessa forma, Pedro Santos (2023) diz que hoje só consegue atuar de forma horizontal, em todas as partes de sua vida, inclusive na criação do filho, porém, atenta que é sempre difícil conseguir manter isso, é preciso uma reeducação constante para evitar o centralismo nas atuações do dia a dia, inclusive dentro do coletivo.

Mesmo que a horizontalidade não exista de fato em todos os coletivos, em grande medida ela é buscada por eles (Perez, 2019). Um outro fator também possível de se perceber com os novos coletivos, é que além de sua organização política, em muitos momentos estes possuem pretensões artísticas, por isso é muito comum encontrarem coletivos de arte como forma de produzirem sua própria estética e linguagem autonomamente e sempre se apropriando das novas tecnologias digitais (Diógenes, 2020; Perez; Souza, 2017).

A questão da autogestão, da organização horizontal e vinda das periferias, como Gobbi (2022) reconhece nos coletivos analisados, tinham também como base de suas ações a construção do comum, e isso pôde ser percebido também em suas ações durante a Pandemia de Covid-19, ou seja, com ações mais contundentes para minimizar o sofrimento alheio - principalmente nas proximidades de suas localidades de origem - e assim dando mais força também para a retomada da vida (Gobbi, 2022).

OS COLETIVOS ENTREVISTADOS

São sujeitos de estudo dois coletivos de cultura que se originaram das ocupações de escolas em São Paulo no ano de 2015: o Coletivo da Quebrada e a coletiva. Nesta seção estes coletivos serão apresentados a partir de informações fornecidas por dois entrevistados (um de cada coletivo) e a partir de informações obtidas nas redes sociais dos grupos.

O Coletivo da Quebrada foi criado em 2017, por dois jovens que haviam participado, dois anos antes, das ocupações secundaristas, e assim se conheceram. Ambos participavam do Movimento Passe Livre, um grupo que se volta para os debates acerca de questões urbanas, em específico, o direito à mobilidade, inclusive o grupo responsável por iniciar as primeiras manifestações contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo em 2013, resultando posteriormente nas chamadas Jornadas de Junho. As discussões se vincularam ao cotidiano dos amigos e familiares, como explica o entrevistado: “A gente não tinha acesso ao transporte,

não tinha dinheiro, a gente andava pela cidade de carona, né? E a gente, no Passe Livre a gente aprendeu muita coisa mas a gente colocou outra lógica, de formações em escolas periféricas” (Santos, 2023). Assim, passaram a fazer formações sobre direito à cidade nas escolas do bairro periférico de onde vinham, o João XXIII, na zona oeste de São Paulo, atingindo desde o Ensino Fundamental I até a Educação de Jovens e Adultos.

O Coletivo foi criado neste contexto, visando publicizar as formações feitas, e evidenciando a atuação nos bairros, uma vez que as iniciativas que haviam se envolvido anteriormente focavam-se especialmente no centro da cidade: “E o Coletivo foi criado para isso, para ter uma página, basicamente no Facebook, na época, para a gente postar, falar “oh, tá acontecendo isso, estamos fazendo essas formações”, muito em um sentido político da coisa, nada pensado em alguma coisa de monetizar isso, não, era mais no sentido de mobilização social.” (Santos, 2023).

Às discussões sobre direito à cidade se seguiram a ideia da produção de um filme³ que acompanhasse pessoas do bairro no transporte público. Nenhum dos integrantes do Coletivo possuía equipamentos de audiovisual ou grande experiência na área, mas através de editais públicos conseguiram acesso ao material necessário e colocaram a ideia da produção em prática:

(...) com a ajuda de algumas pessoas que a gente conheceu nas ocupações, a ocupação teve muita gente que colou de classe média, comunidade artística, essa comunidade artística branca, que tem o acesso maior e que a gente conseguiu, por meio deles, sugar tudo o que a gente podia de conhecimento, e entender como a gente escrevia um edital, que aí a gente escreveu um edital para o VAI, uma política pública que incentiva a periferia, para que coletivos, grupos consigam entregar algum produto artístico, consiga andar com as próprias pernas. Foi aí que eu realmente comecei a trabalhar com audiovisual, com esses equipamentos que a gente comprou com o edital (Santos, 2023).

[Tínhamos] um computador bem velho e o celular. A gente não tinha como construir muita coisa, mas o Alvim era bem bom, a gente achava uns programas piratas, antigos, ele conseguia fazer umas artes para a gente postar. Na época a gente não filmava, nem nada, não tinha câmera... Foi ter depois, quando a gente ganhou o edital, mas antes não, antes era bem precário (Santos, 2023).

3 Até onde a gente vai. Direção: Pedro dos Santos. Produção de Coletivo da Quebrada. São Paulo, 2023. Online.

O trabalho com audiovisual vai além de trazer visibilidade para as discussões realizadas pelo coletivo, mas relaciona-se à uma concepção política voltada para a memória. É relevante pontuar como a memória oficial se mantém como instrumento de poder e de um imaginário colonialista, uma vez que unifica a população a partir de “marcos heroicos” e documentos oficiais, ensinados nas escolas e divulgados na mídia. Por outro lado, a memória é também manifestação de resistência de movimentos sociais e outras coletividades (Ansara, 2012), como coloca o entrevistado:

O Brasil é um país negro, então a gente tem a ideia do registro oral, só que isso se perde a partir do momento que a gente vive em um país genocida, né? Então essa memória não tem tempo de ser falada, ela não tem tempo da oralidade. Então o registro é isso, essa ideia do audiovisual dá a possibilidade para a gente de resgatar essa memória e de registrá-la. Por isso que o João XXIII tem essa importância, por a gente querer ter esse trabalho de resgate da memória (Santos, 2023).

A coletivA se inicia em 2017, e vem também do processo de ocupações das escolas em 2015. O primeiro espetáculo da coletivA, denominado Quando Quebra Queima, tem inspiração no processo de ocupações das escolas, e nasce de uma intervenção de teatro sobre as ocupações feita a convite da atual diretora do grupo, Martha Kiss Perrone. A peça, que estreou em 4 maio de 2018 na Casa do Povo, em São Paulo, foi apresentada inclusive em diferentes países. Por quase dois anos a coletivA não se valeu de editais públicos, sendo a composição da renda de seus membros dada a partir da bilheteria e de contratações, além de, em alguns casos, outros trabalhos remunerados. Em 2019 foram contemplados com o Prêmio Zé Renato de teatro, cujo período de duração se estendeu pela pandemia. Em relação à composição e funcionamento, a coletivA é composta não apenas de atores, como relata o entrevistado:

a composição do grupo não são só atores, tem pessoas formadas em iluminação, artista plástico, gente que é da dança, gente que é do teatro também... Boa parte das pessoas que são formadas em teatro ou está fazendo uma formação em teatro grande parte delas vai para a licenciatura também, elas buscam também essa questão educacional. A gente tem também dentro do grupo para elaboração de projetos um núcleo educativo, para cuidar disso também, para fazer oficinas,

residências. Tem essa outra parte que dentro do grupo somos muitas pessoas, e também nós cuidamos de nós mesmos (Matheus, 2023).

Além disso, o entrevistado da coletivA não a entende como um grupo de teatro, apenas, porque também são palestrantes, estudantes, formadores, etc.

A esta breve apresentação segue análise sobre as dificuldades e formas de resistência dos coletivos culturais entrevistados frente à pandemia da Covid-19.

RESISTÊNCIA E EXISTÊNCIA: O IMPACTO DA COVID-19 E OS COLETIVOS DE CULTURA EM SÃO PAULO

A pandemia de Covid-19 foi caracterizada como tal em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A partir de então, medidas de restrição foram recomendadas pela organização e, apesar de desdenhadas pelo governo federal brasileiro, foram adotadas por grande parte dos cidadãos do país (exceituando-se diversos trabalhadores que seguiram saindo de suas casas). Diversas áreas do setor cultural logo tiveram que parar ou adaptar suas atividades, como através do uso de tecnologias (Aguiar; Aguiar, 2021).

Os dois coletivos aqui entrevistados possuíam projetos em execução, amparados por editais, quando se iniciou a pandemia causada pelo coronavírus. O Coletivo da Quebrada produzia um documentário sobre a história do Educandário, um espaço ao redor do qual o bairro foi construído, como conta o entrevistado (Santos, 2023). O documentário contaria com entrevistas, o que não foi possível realizar nem com ajuda das tecnologias: “não dava mais para a gente fazer as coisas presenciais, então foi muito difícil, (...). A gente não tinha como ir conversar com as pessoas, as pessoas com quem a gente queria conversar não tinham internet, quando tinha era uma internet muito ruim que a gente ia conversar e não entendia nada.” (Santos, 2023). Além disso, esse mesmo coletivo estava com o lançamento do documentário *Até onde a gente vai?* previsto. Sendo um coletivo extremamente territorializado, bastante vinculado com o bairro João XXIII, a ideia do lançamento era de apresentar o filme no CEU (Centro Educacional Unificado) do bairro. A apresentação acabou sendo feita online, tendo vantagens e desvantagens:

Foi legal também porque a gente conseguiu abranger, pegar um público que era de outro bairro, de vários bairros da cidade, vários bairros periféricos que se identificaram também com a situação (...), então a gente acabou descobrindo outras pessoas, através disso. Mas o que a gente sentiu falta foi o contato com as pessoas do bairro, isso foi uma coisa que a gente sentiu bastante. (...) E tam-

bém acho que foi um respiro para as pessoas, tipo, a gente estava no meio da pandemia e ter um filme do pessoal do bairro, o pessoal vai conversando online, isso foi legal, acho que serviu como uma força, porque a pandemia fez estrago psicológico para todo mundo. (Santos, 2023).

Aguiar e Aguiar (2021) evidenciam a exacerbação do impacto das tecnologias digitais durante o distanciamento social causado pela pandemia. A tecnologia aparece nos dois projetos relatados pelo entrevistado: no primeiro, como impossibilidade, uma vez que as personagens selecionadas para participar do documentário não tinham acesso aceitável à internet ou outras tecnologias necessárias; no segundo caso, do lançamento do documentário já produzido o distanciamento social é visto como um dificultador, uma vez que não permitiu a interação local esperada, mas possibilitou uma interação de pessoas de outras localidades que compartilhavam as experiências dos moradores do João XXIII. Neste sentido podemos observar um indício da perspectiva da potencialidade do uso das tecnologias para uma globalização contra-hegemônica, mobilizada pelos “de baixo”, de Milton Santos (2018).

A coletivA também teve suas atividades alteradas, e o uso das tecnologias foi ampliado. É relevante recordar que, em pesquisas realizadas anteriormente, na área de Teatro o uso de tecnologias apareceu como pouco relevante nos cotidianos dos entrevistados (Penteado, et al., 2019). Assim, pode-se dizer que o dia-a-dia da coletivA também foi bastante alterado pelo contexto de distanciamento social causado pela pandemia de Covid-19. O coletivo contava com o prêmio municipal de cultura Zé Renato, e o projeto premiado previa a apresentação do espetáculo e a realização de oficinas em escolas. Algumas apresentações foram feitas, mas no ano de 2020 o projeto precisou ser mantido em adiamento. A execução foi realizada em 2021, ainda em condições de distanciamento social, por questões burocráticas. Para tal, foi realizada uma adaptação inclusive no nome do projeto, que passou a se chamar “Pausa para existir”, com oficinas online e a realização de uma zine sobre o “Quando Quebra Queima. É interessante observar a visão de ambos os coletivos de que algumas de suas atividades foram um “respiro” frente às perturbadas condições de existência geradas pela distância e pelo medo durante a pandemia.

A criação e os ensaios da coletivA também continuaram, mas a partir do uso das tecnologias, cada um em sua casa: “Era muito louco, porque fica mesclado a questão. Ao mesmo tempo que é uma criação coletiva é também muito uma criação individual, até porque é eu ali fechado no meu quarto e a interação que

eu tenho com o mundo é uma telinha.” (Matheus, 2023). Assim, os integrantes do grupo mantiveram seus encontros de maneira virtual, tensionando as noções de próximo e distante.

A pandemia também alterou as atividades dos coletivos posteriormente: ambos os entrevistados mencionam a realização de reuniões online, evitando deslocamentos e possibilitando a participação de membros que se encontram fisicamente distantes. No entanto, as críticas a esta forma não são ausentes: “(...) A reunião online acho que ajuda. É que atrapalha, porque você não vê a pessoa direito... A reunião online é você falar sem falar... Não é uma relação de verdade, não é real.” (Santos, 2023). O uso parcimonioso da tecnologia também foi relatado pelo entrevistado da coletivaA:

Hoje a gente ainda utiliza muitas vezes o Google Meet, principalmente, por ter esse acesso mais fácil, você não precisa baixar nada, dá para usar no navegador, para fazer reuniões, conversas, muito pela questão de praticidade. Querendo ou não, ter que se locomover até algum lugar comum para todo mundo é tempo, é muita demanda também. (...) A gente evita também fazer grandes reuniões, reuniões prolongadas, ou mesmo desenvolver algum trabalho que seja online, a não ser que seja muito necessário mesmo (Matheus, 2023).

O uso de tecnologias já é bastante ressaltado na forma “coletivo” (Gohn, 2017), sendo ainda bastante evidente para a produção audiovisual, diferente da área teatral (Penteado, et. al., 2019). O distanciamento social gerado pelo Covid-19 ampliou e alterou os usos de tecnologias pelos coletivos culturais, especialmente em matéria de organização interna.

Durante a pandemia a questão econômica foi bastante articulada: o distanciamento social afetou estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e diversos autônomos. Na área da cultura não foi diferente: o setor já enfrentava descontinuidades em matéria de políticas públicas desde a gestão de Ana de Hollanda, em 2011 e, especialmente a partir de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (Aguiar; Aguiar, 2021). Com o governo Bolsonaro a gestão da cultura foi ainda mais desconsiderada: o Ministério da Cultura foi extinto, sendo rebaixado ao status de Secretaria, integrando primeiramente o Ministério da Cidadania e posteriormente o Ministério do Turismo (Com, 2019). As vulnerabilidades econômicas no setor também se evidenciaram ainda mais com a pandemia: o Governo Federal se eximiu de pensar políticas que reduzissem o impacto do distanciamento social para os agentes culturais, tendo sido iniciativa do poder legislativo o projeto

de lei 1075/2020, posteriormente chamada de Lei Aldir Blanc⁴, visando estabelecer medidas emergenciais para o setor (Aguiar; Aguiar, 2021).

As políticas culturais mostram-se bastante importantes para os coletivos analisados, mas especialmente para o Coletivo da Quebrada, que iniciou suas atividades a partir da aquisição de equipamentos graças ao recurso do edital do Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), da prefeitura de São Paulo. Como já dito os dois coletivos contavam com editais no início da pandemia, mas apenas a coletiva se valeu da lei Aldir Blanc, para o desenvolvimento do novo espetáculo do grupo. Enquanto isso, o Coletivo da Quebrada deu continuidade ao trabalho iniciado antes da pandemia, realizando ainda um trabalho em parceria com o Sesc. Um dos membros do coletivo participou também do Projeto Curta em Casa, do Instituto Criar, do Projeto Paradiso e da SPCine. A coletiva, neste período, contou ainda com uma doação particular para que o grupo pudesse dar andamento em seus trabalhos. Assim, nota-se a relevância das políticas emergenciais no período da pandemia, mas também a organização autônoma dos coletivos, que se mantiveram vivos e ativos apesar do período turbulento pelo qual passamos.

CONCLUSÕES

Paolo Gerbaudo (2012) concorda com outros autores que enxergam que no período pós-industrial houve uma radical heterogeneidade e multiplicidade na sociedade e que essas complexidades não podiam ser abarcadas completamente pela burocracia engessada dos tradicionais partidos políticos. Porém, a multiplicidade e essas novas mobilidades sociais podem formar coletivos e novas formas de ação coletiva, mas também acabam tendo muita dificuldade de se manterem como grupo a longo prazo (Gerbaudo, 2012). O que não necessariamente é problemático, mas existe sempre o perigo de uma maior individualização das lutas e de ações para além das ações diretas (Gerbaudo, 2012).

Percebe-se, nesse sentido, que os novos formatos de movimentos sociais, dentro da perspectiva de novíssimos movimentos sociais (Gohn, 2017) são mais fluidos, focados em lutas mais específicas e marcadamente contra lutas muito centralizadas, por isso o foco no horizontalismo, sendo os coletivos importantes formatos na contemporaneidade. No Brasil vemos um aumento significativo desse tipo de organização a partir das complexidades e controvérsias de Junho de 2013 (Perez, 2019), sendo as ocupações de escolas em São Paulo no ano de 2015 também

4 Aldir Blanc foi letrista e compositor brasileiro, que faleceu durante a pandemia, em decorrência da Covid-19.

uma continuação e aprofundamento desse formato para a juventude da época, como foi no caso dos dois coletivos aqui entrevistados e analisados: Coletivo da Quebrada e coletivA Ocupação.

Como visto, ambos os coletivos vieram a partir da vivência das ocupações das escolas, sendo o ideário de bem comum, compartilhamento de atividades, construção coletiva e horizontalidade muito presente na vivência das ocupações e reencontrado no formato dos coletivos posteriormente. Assim, como Pedro dos Santos (2023) afirmou em entrevista, a lógica de coletivo na construção do Coletivo da Quebrada surgiu naturalmente pois viam nesse formato algo que concordavam e compartilhavam para a vida. Outro fator relevante, é que a partir da vivência das ocupações das escolas, esses jovens tiveram acesso a diversas pessoas diferentes da cidade, além de formações artísticas e discussões políticas muito relevantes, isso tudo os incentivou na produção artística, não à toa os dois coletivos aqui analisados são coletivos culturais.

Ambos os coletivos se baseiam em produção cultural, o Coletivo da Quebrada mais voltado para o audiovisual e a coletivA Ocupação nas artes cênicas. O Coletivo da Quebrada começou como um coletivo político para debater questões sobre o direito à cidade e a vida nas periferias, em uma página na rede social, organizando pequenos vídeos e conversas pelo bairro em que viviam. Portanto, desde o início usavam tecnologias digitais como parte fundamental de suas atividades. Posteriormente, foram contemplados com o edital VAI da prefeitura de São Paulo e foi a partir disso que conseguiram comprar equipamentos profissionais de audiovisual e iniciar os trabalhos com produção cinematográfica apropriando-se de tais tecnologias. No caso da coletivA, o uso das tecnologias digitais era menos intenso, sendo primordialmente para divulgação de seus trabalhos. A coletivA começou a se organizar ainda dentro das ocupações em 2015, mas se estruturou de fato como coletivo em 2018, conseguindo também acesso a alguns importantes editais públicos e grande alcance de seus espetáculos, tendo apresentações até mesmo no exterior.

Porém, o ano de 2020 chegou e alterou concretamente as atividades dos dois coletivos por conta da Covid-19 já que ambos realizavam seus trabalhos a partir de atividades presenciais. O Coletivo da Quebrada estava finalizando o seu primeiro documentário e a estreia que deveria acontecer no CEU do bairro acabou tendo que ocorrer virtualmente, o que foi negativo do ponto de vista de que não houve a reunião de moradores do bairro prevista, porém, como ponto positivo acabou conseguindo atingir pessoas de diferentes bairros periféricos da cidade, que também se reconheceram no filme.

Outra questão importante, é que durante estreia, assim como nos momentos em que o coletivo se realizava seu projeto “Pausa para existir”, os coletivos reconheceram que estes se colocavam como momentos de respiro, de certa leveza, levando em consideração a situação extrema de saúde pública que as pessoas viviam. Isto se evidencia ainda mais nos bairros periféricos de onde grande parte dos participantes viviam.

A partir da Covid-19 e do fechamento dos encontros presenciais, o entrevistado da coletivA afirmou que passaram a utilizar mais as tecnologias digitais para produção, inclusive fazendo alterações nas atividades programadas para edital que participavam. A questão dos editais públicos foram também essenciais para ambos coletivos se manterem ao longo do período da pandemia.

As entrevistas evidenciam a relevância da forma coletivo durante a pandemia, uma vez que possibilitaram que grupos mantivessem suas atividades culturais a partir de mobilização autônoma, cuidado e manutenção de trocas mais próximas quanto possíveis, dada a situação. Nota-se ainda a relevância das políticas emergenciais no período da pandemia, que apesar de morosas e poucas permitiram a sobrevivência econômica de diversos grupos e indivíduos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Mariana de Araujo; AGUIAR, Luciana de Araujo. A pandemia da Covid-19 e seus impactos no setor cultural brasileiro. *Sociedade e Cultura*, v. 24, 8 set. 2021. DOI 10.5216/sec.v24.66308. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/66308>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- ALONSO, Angela. A Política Das Ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*. CEBRAP. São Paulo, ed. especial, jun., pp. 49-58, 2017.
- ANSARA, Soraia. Políticas de Memória X Políticas do Esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. *Psicologia Política*, v. São Paulo, 12, n. 24, p. 297-311, 2012.
- AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo O.; RESENDE, Paulo Edgar da R. (2016). Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. *Revista Estudos de Sociologia*. Araraquara, v. 21, n. 40, pp. 21-37, jan.-jun. 2016.
- CAMPOS, Antonia. Escolas de luta, ladrões de merenda: dois momentos das ocupações secundaristas de São Paulo, in J. Medeiros; A. Januário; R. Melo (Orgs.), *Ocupar e Resistir*. Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016). 1a ed. São Paulo, Editora 34, 2019.

- CAMPOS, Antonia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. *Escolas de Luta*. Ed. Veneta, Coleção Baderna, São Paulo, 2016.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2013.
- COM FIM DO MINISTÉRIO DA CULTURA, criação de secretaria divide classe artística. In: *IG. Gente*. São Paulo, 2019. Disponível em: < <https://gente.ig.com.br/cultura/2019-01-03/ministerio-da-cultura-fim.html> >. Último acesso: 30/06/2023.
- DI FELICE, Massimo. *Net-ativismo: Da ação social para o ato conectivo*. Paulus Editora, São Paulo, 2017.
- DIÓGENES, Glória. Cidade, Arte e Criação Social: Novos diagramas de culturas juvenis da periferia. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 34, n. 99, 2020.
- FERNANDES, Sabrina. *Sintomas Mórbidos: A encruzilhada da esquerda brasileira*. Autonomia Literária, São Paulo, 2019.
- GERBAUDO, Paolo. *Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism*. PlutoPress. London, 2012.
- GOBBI, Marcia. 'Nóis' é Ponte e Atravessa Qualquer Rio: Notas sobre mulheres, crianças, coletivos periféricos e o comum (ou, quando a pandemia é apenas mais um elemento). *Caderno CEDES*. Campinas, v. 42, n. 118, pp. 359-372, set-dez. 2022.
- GOHN, Maria G. *Manifestações e Protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. Cortez Editora, São Paulo, 2017.
- MARTINEZ, Fabiana Jordão. Militantes e Radicais da Quarta Onda: O feminismo na era digital. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, nº 3, 2021.
- NOBRE, Marcos. Junho, Ano V. As eleições, o sistema político e a negação da realidade. *Revista Piauí*. São Paulo, ed. 141, Jun. 2018.
- ORTELLADO, Pablo. Prefácio - A Primeira Flor de Junho. In: CAMPOS, Antonia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. *Escolas de Luta*. Ed. Veneta, Coleção Baderna, São Paulo, 2016.
- PENTEADO, Claudio Luis de Camargo, et. al. O uso dos softwares pelos agentes de cultura no Brasil. In: PELLEGRINI, Jerônimo; PENTEADO, Cláudio; SOUZA, Paulo; HOMMA, Luana (orgs.). *Software e cultura no Brasil: produção, gestão e políticas públicas*. São Bernardo do Campo: KMA, 2019. pp. 50-75.
- PERALVA, Angelina; FIGEAC, Julien; PATON, Nathalie; NOGUEIRA, Rachel (2017). O legado de 2013. Coletivos de ativistas e a Agenda Pública Brasileira. In: *Anais do 41o Encontro Anual da ANPOCS*, GT 8: Democracia e Desigualdade, Caxambu, 2017.
- PEREZ, Olivia C.; SOUZA, Bruno M. Velhos, Novos ou Novíssimos Movimentos Sociais? As pautas e práticas dos coletivos. in: *Anais do 41o Encontro Anual da ANPOCS*, GT 11: Entre Ruas e os Gabinetes. Caxambu, 2017.

- PEREZ, Olívia Cristina. Relações Entre Coletivos com as Jornadas de Junho. Opinião Pública: Revista do CESOP. Campinas, v. 25, nº 3, set-dez. 2019.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Amanhã Vai Ser Maior. O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. Ed. Planeta, São Paulo, 2019.
- SANTOS, Milton. Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. Record, Rio de Janeiro, 28a ed., 2018.
- TORI, Lucca Amaral; HOMMA, Luana Hanaê Gabriel; FIACADORI, Giuliana. Coletivos e o Uso das Redes: o caso das ocupações das escolas em São Paulo em 2015. Simbiótica. Vitória, v.7, n.3, jul-dez. 2020. pp. 98-134.
- TORI, Lucca Amaral. Ocupações, o uso de tecnologias de Informação e Comunicação e a Construção de Redes no Movimento Secundarista de São Paulo em 2015. Dissertação de Mestrado no Programa Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades. Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2021.